

Influência do Empreendimento Econômico Solidário na participação cidadã: o caso da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Suellen Nascimento dos Santos

Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil

Instituto Federal Baiano - Brasil

suellen.nascisantos@gmail.com

ABSTRACT

The objective of this work is to understand how self-management labor insertion promotes citizen participation of the associate. This study tends to verify how a particular organizational format, in this case a Solidary Economic Enterprise, tends to influence the performance of the subject in society. The methodology was based on a qualitative approach in which the coding of the approach was guided by Grounded Theory. The choice of the Association of Collectors of Recyclable Materials of the Island of Vitória as a research space, is justified because it presents characteristics linked to the policy of Solidarity Economy that has as one of its ideas citizen participation. The data were collected through a semistructured interview with 6 collectors, transcribed, coded and categorized for analysis. The results of the study indicate that the citizen participation of the associate in the community transcends the issue of solidarity, starting from a process of internal and external participation to the enterprise, which leads the taster to emancipation and citizen practice.

Keywords: *participation; recyclable; solidarity.*

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade do consumo, a temática do lixo tem ganhado visibilidade como uma problemática, tendo em vista a coexistência de altos padrões de consumo com a exclusão social; intermediando esses extremos é que surge a figura do catador, ao se deparar com a produção do lixo em larga escala, se articula em associações ou cooperativas, num processo de inserção social (LIMA *et al.*, 2011). A literatura atual abarca questões voltadas para a reflexão de como se dá o processo de inserção social neste tipo de Empreendimento Econômico Solidário (EES), na geração de emprego e renda para trabalhadores excluídos do mercado de trabalho; a saúde dos trabalhadores; e os aspectos ergonômicos/biológicos (ARANTES; BORGES, 2013).

Uma questão recorrente nos estudos sobre catadores de materiais recicláveis, diz respeito à cidadania exercida a partir da entrada do catador numa associação ou cooperativa. Em seu artigo, Petersen, Souza e Lopes (2014, p.483) observaram que a inserção na cooperativa “(...) promoveu a participação nos espaços de luta política e o aprofundamento do vínculo com a comunidade”. Notou-se também que esta luta mostrou-se significativa apenas quando os interesses da cooperativa estavam em jogo (PETERSEN; SOUZA; LOPES, 2014). Dessa forma, os autores acreditam que esse

comportamento ocorre devido à identidade comunitária formada, ou seja, à coesão do grupo, intensificada pelas características predominantes da economia solidária: autogestão, democracia e participação.

O termo economia solidária “(...) nasce das contradições apresentadas pela economia tradicional, uma ‘nova economia’, que expressa de maneira concreta a inteligência coletiva dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 2013, p.151). O termo também sugere a solidariedade no centro da elaboração coletiva de atividades econômicas e se traduz por ações comunitárias e iniciativas de organizações de caráter social (FRANÇA FILHO, 2004). Em resumo, a economia solidária pressupõe ir além de uma economia real (reduzida ao mercado), passando a uma economia plural (que permite ampla dimensão da vida econômica) (FRANÇA FILHO, 2004).

A ideia de se discutir e tratar a economia solidária, reforçando a solidariedade como característica fundamental dessa política, é tratada de forma ampla por autores que abordam em suas pesquisas os catadores de materiais recicláveis, tendo em vista que estes sujeitos exercem uma importante função ao realizar a coleta dos materiais, pois são “(...) atores determinantes para se equacionar o problema do lixo” (LIMA *et al*, 2011). Pode-se dizer que o trabalho dos catadores revela-se como uma prática solidária de melhoria das condições ambientais.

França Filho (2004) reforça que a economia solidária democratiza a economia, a partir de engajamentos de cidadania. Magni e Gunther (2014), apresentam que o sentido de catadores se organizarem enquanto associações ou cooperativas está na própria lógica capitalista, que mantém a oferta de mão de obra abundante, controlando os salários e aumentando o lucro do capitalista. Assim, indivíduos marginalizados, os catadores, que ganhavam baixíssima remuneração na venda do pouco material que conseguiam coletar, perceberam que, ao se unirem, conseguiriam um maior montante de produtos a serem comercializados, aumentando o valor arrecadado (MAGNI; GUNTHER, 2014). Como resultado disso, tem-se a inclusão social e econômica do catador que o conduz ao resgate da cidadania.

A literatura explica haver benefícios na atuação coletiva em detrimento à individual provocando assim uma cidadania para aquele indivíduo envolvido e, ao abordar aspectos da prática cidadã, infere que ela se dá pela própria natureza do empreendimento cooperativo, ou econômico solidário. Portanto, discute-se muito a solidariedade que conduz, automaticamente, a um exercício da cidadania.

Neste sentido, é que o presente artigo tem o objetivo responder à pergunta: Como a inserção laboral autogestionária promove a participação cidadã do associado?

Os estudos sobre participação cidadã até então abordados pelos autores supracitados, foram relevantes no sentido de se obter informações suficientes acerca do que se tem encontrado nas pesquisas e o que se pode avançar a partir delas. No presente trabalho o grande desafio está em perceber como o movimento de economia solidária, que surgiu na década de 1980 e atua contra os pressupostos capitalistas, influencia a participação cidadã do associado do Empreendimento Econômico Solidário na comunidade.

Esse estudo não se compromete a uma atuação global, mas lida com um problema ainda não resolvido na literatura específica, e busca ultrapassar as explicações existentes (COLQUITT; GEORGE, 2011), pois o fato do objeto de estudo, o Empreendimento Econômico Solidário, ter uma

natureza voltada para ações solidárias, não garante que essa atuação formará cidadãos participativos também fora da associação. E se essa cidadania ocorre, cabe aos pesquisadores estudar os fatores que conduzem a isso. Atualmente articula-se a abrangência do movimento de economia solidária e seu impacto para os próprios associados, dessa forma, o estudo busca entender o impacto na sociedade.

A presente pesquisa tem relevância, pois gera *insights* que conduz o leitor a perceber o quanto determinados formatos de organização podem influenciar a atuação cidadã do sujeito fora do ambiente de trabalho.

O artigo baseia-se numa abordagem qualitativa orientada em parte, pela Teoria Fundamentada (*Grounded Theory*). A pesquisa foi realizada com membros de uma associação de reciclagem localizada em Vitória-ES. Foram realizadas 6 entrevistas individuais semiestruturadas acerca do trabalho do associado, sua participação cidadã e as relações existentes entre a inserção laboral autogestionária e a promoção da cidadania.

As entrevistas foram transcritas e os dados analisados a partir da codificação e posterior categorização das falas. Observou-se, por meio da identificação da vivência dos associados, que a inserção deste no empreendimento o conduz à participação externa e interna, proporcionando condições de emancipação e prática cidadã. O associado, tendo adquirido com o auxílio do empreendimento, informação e educação, se emancipa e cria condições para conquistar adeptos no processo de coleta de matéria-prima.

2. REVISÃO

No presente referencial, alguns autores que abordam conceitos chaves da temática proposta neste trabalho, tais como economia solidária, participação cidadã, gestão democrática, autogestão, cidadania, lixo e materiais recicláveis, foram evidenciados.

Singer (2013, p.13) aborda que a economia solidária é “(...) uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”. Dessa forma, catadores de materiais recicláveis vêm se organizando enquanto empreendimentos de economia solidária. Esses empreendimentos possuem como princípios organizativos a posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir a gestão democrática dos sócios, a repartição da receita líquida entre os associados por critérios aprovados após discussões e negociações (SINGER, 2013). Uma vez que todos os catadores são proprietários do empreendimento, todos são também responsáveis pela sua gestão, a isso se denomina autogestão (PETERSEN; SOUZA; LOPES, 2014).

Assim, observa-se que a prática da autogestão na economia solidária, é semelhante ao exercício da cidadania, pois, do mesmo modo como em uma comunidade, os cidadãos organizam-se para administrar ou influenciar a administração dos empreendimentos públicos, fazendo votações para eleger representantes e para tomar decisões (PETERSEN; SOUZA; LOPES, 2014). A isso também se dá o nome de gestão democracia. Na associação de catadores, por exemplo, os associados organizam-se para administrar, democraticamente, o empreendimento econômico, votando em assembleia.

Ao tratarem da questão econômica entre catadores de materiais recicláveis, Medeiros e Macedo (2006) tratam da inclusão perversa, em que o catador é exposto a riscos de saúde, preconceitos sociais e desregulamentação dos direitos trabalhistas; assim, a atuação em cooperativa ou associação,

possibilita uma produtividade maior, e geração de trabalho e renda. Lima *et al* (2011) também enfatizam a necessidade de políticas públicas e de estratégias de efetividade das mesmas, trazendo uma discussão minimalista acerca da baixa remuneração dessa classe.

Por cidadão, entende-se a pessoa que se interessa pelo destino da coletividade assumindo-se responsável por ela e participando, de forma ativa, dos processos políticos que definem seus rumos (PETERSEN; SOUZA; LOPES, 2014). Já o conceito de participação cidadã é exposto por Arnstein (2002) como um sinônimo para poder cidadão, tido como a redistribuição de poder que permite aos cidadãos excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro.

Faz-se necessário esclarecer algumas terminologias neste artigo adotadas. Ao se referir à palavra lixo, tem-se a significação daquilo que “(...) sobrou de uma atividade qualquer e é descartado sem que seus valores (sociais, econômicos e ambientais) potenciais sejam preservados (...)” (LOGAREZZI, 2006, p.96). Já o termo material reciclável, se refere ao material que será obtido pelo reprocessamento de resíduos recicláveis descartados, que serão coletados, triados, acondicionados e encaminhados para a indústria de reciclagem ((LOGAREZZI, 2006).

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da pesquisa

É sabido que a pesquisa qualitativa pode conter diferentes paradigmas e diferentes estilos e relatórios de pesquisa (BANSAL & CORLEY, 2011). Dessa forma, o trabalho, através dos sujeitos pesquisados, se permite à criatividade dos resultados e da construção teórica do estudo. E como se intenciona estudar os sujeitos pertencentes ao Empreendimento Econômico Solidário e a complexidade das relações, optou-se pela pesquisa qualitativa. Para além da teoria da economia solidária, foi possível perceber como se dá a execução desse tipo de empreendimento na prática, as relações sociais que os associados estabelecem no dia a dia, bem como a importância dada à adequada coleta e destinação de materiais recicláveis.

A abordagem escolhida para a pesquisa foi o estudo de caso. Siggelkow (2007) ressalta que pesquisadores de casos geralmente sentem que estão lutando uma batalha árdua para persuadir seus leitores e que há dois obstáculos enfrentados pelos pesquisadores: a acusação de ter uma amostra muito pequena e a não-representatividade.

Ainda, de acordo com Siggelkow (2007), existem pelo menos três usos importantes para pesquisa de casos: motivação, inspiração e ilustração. Por se basear em uma situação real, a presente pesquisa se torna mais atraente e motivadora. Também se aprofunda em dados ricos acerca dessa influência de um modelo de empreendimento na prática cidadã, o que inspira o leitor a novas ideias e possíveis aplicações. E permite, por meio da ilustração do caso (que ocorre com um empreendimento de catadores de materiais recicláveis), que detalhes ajudem a contar a história e a ilustrar os mecanismos por trás dos argumentos.

3.2. Local do estudo

A escolha da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória – AMARIV como espaço de investigação, justifica-se por esta apresentar características ligadas à política da

Economia Solidária que possui como um de seus ideários a participação cidadã, foco teórico da presente pesquisa. Para análise, foram entrevistados 6 membros que compõem a diretoria da associação.

A AMARIV é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, que tem como finalidade apoiar e defender os interesses dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis e lutar para que o trabalho destes seja reconhecido e respeitado. Ela atua desde 2007 e conta atualmente com 20 associados.

3.3. Técnicas e instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas individuais semiestruturadas realizadas em outubro de 2017. Segundo Dundon e Ryan (2010) na entrevista qualitativa, além da busca pelo registro dos detalhes e comportamentos, os entrevistados são vistos como sujeitos ativos em vez de objetos passivos. A escolha por membros da diretoria baseia-se na justificativa de que este grupo específico tende a mostrar-se mais ativo quanto à aplicabilidade dos princípios da economia solidária, direcionando as respostas à solução da problemática proposta na presente pesquisa.

A construção do roteiro de entrevista foi realizada de modo a levantar respostas à problemática apresentada. O roteiro foi elaborado com base nos tipos de questões evidenciadas por Spradley (1979): questão introdutória, questões descritivas, estruturais, de contraste e de saída.

Sendo assim, o roteiro das entrevistas foi previamente elaborado em 5 blocos de perguntas: sendo o “Bloco I”, com 1 questão introdutória; “Bloco II – O associado e seu trabalho na associação” com 4 questões descritivas; “Bloco III – Participação cidadã do entrevistado”, com 5 questões estruturais; “Bloco IV – Relações existentes entre a inserção no contexto laboral autogestionário e a promoção da cidadania” com 6 questões também estruturais e “Bloco V- Finalização”, com 1 questão de saída.

Assim, o roteiro elaborado contém 17 questões e o tempo médio de realização de cada entrevista foi de aproximadamente 40 minutos. Todas as entrevistas foram realizadas na associação em que os entrevistados trabalham.

O primeiro contato para a realização da presente pesquisa se deu por e-mail com o 1º Diretor Financeiro da associação. As entrevistas foram previamente agendadas, mas um infortúnio ocorrera com o falecimento de uma associada antiga, dessa forma, devido ao período de luto reservado pelo ocorrido, optou-se pela retomada de contato em data posterior. E assim, nas semanas seguintes, as entrevistas foram realizadas e gravadas, mediante consentimento do entrevistado, pois como apontam Dundon e Ryan (2010) o entrevistado deve ser informado e esclarecido sobre seu papel e, principalmente, sobre a confidencialidade da entrevista. Logo após a realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas utilizando-se um programa de áudio para computadores.

A recepção para a realização das entrevistas foi amistosa, pois já havia sido informada a todos os associados à presença das pesquisadoras tal como a necessidade de entrevistar alguns deles. Conforme citam Dundon e Ryan (2010), numa pesquisa organizacional, os entrevistados normalmente estão dispostos a participar do processo de pesquisa e a divulgar amplamente as informações.

A fim de verificar se o roteiro da entrevista estava adequado para responder a problemática desta pesquisa, foi realizado um pré-teste com 1 entrevistado. Verificou-se que as questões estavam de

acordo com o propósito do trabalho. Somente fora incluída uma última questão, tendo em vista que as pesquisadoras não tinham conhecimento acerca da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) que funciona dentro da associação e atende 10 associados. A descoberta dessa informação se dera porque uma das entrevistas precisou ser realizada na sala da modalidade EJA. Os associados não compreendem a sala de aula dentro da associação como uma prática cidadã da própria associação para com eles, tendo em vista que alguns eram analfabetos e estão tendo a oportunidade de serem alfabetizados, através da iniciativa do empreendimento.

Os dados coletados foram analisados a partir da categorização das falas dos (as) entrevistados (as).

3.3. Análise de dados

A análise de dados do presente trabalho é baseada na teoria fundamentada (*Grounded Theory*). Os procedimentos da teoria fundamentada são projetados para desenvolver um conjunto bem integrado de conceitos que fornecem uma explicação teórica dos fenômenos sociais em estudo. Uma teoria fundamentada deve explicar, bem como descrever, e busca não só descobrir condições relevantes, mas também determinar como os atores respondem às mudanças de condições e às consequências de suas ações (CORBIN & STRAUSS, 1990).

A escolha por este tipo de análise vai ao encontro à pesquisa proposta visando a aplicação de uma teoria, que busca descobrir empiricamente, em meio à vivência do associado no empreendimento, como a política deste, interfere nas ações dos atores e quais as consequências dessas ações para a sociedade.

De acordo com Corbin & Strauss (1990), o processo analítico fundamental usado pelo pesquisador dentro da teoria fundamentada é a codificação, e ela ocorre em 3 etapas: Codificação Aberta, Codificação Axial e Codificação Seletiva.

No referido trabalho, o processo de análise dos dados iniciou-se logo após a transcrição das entrevistas. O primeiro procedimento foi a codificação aberta que é o processo interpretativo pelo qual os dados são discriminados analiticamente (CORBIN & STRAUSS, 1990). Nesta etapa, os dados foram desfeitos em fragmentos menores e analisados linha-a-linha e frase-a-frase; em seguida, estes fragmentos foram interpretados e receberam sentido através de códigos, que representam a unidade amostral para analisar os dados (CORBIN & STRAUSS, 1990). No trabalho, foram realizadas 26 rotulações (ou codificações) diagnosticadas por meio do agrupamento de falas transcritas.

Em seguida, de acordo com o procedimento abordado por Corbin & Strauss (1990), realizou-se um processo de comparação entre esses códigos conceituais a fim de identificar semelhanças e diferenças, ou seja, os conceitos pertencentes a um mesmo fenômeno foram agrupados constituindo categorias. Importa também informar que os códigos e categorias foram criados com base nas falas transcritas, mas perpassam a teoria acerca de processos participativos em movimentos de economia solidária e de práticas de cidadania; com o intuito de buscar soluções para o problema proposto (ARNSTEIN, 2002; SINGER, 2013; PETERSEN; SOUZA; LOPES, 2014).

Em adição aos códigos formados, chegou-se a categoria “participação” e suas subcategorias “interna” e “externa”, também foram encontradas as categorias “emancipação” e “prática cidadã”, com

suas subcategorias “visão social” e “visão econômica”. Para fins do presente artigo, serão discutidos apenas os resultados da categoria participação.

A próxima etapa foi a codificação axial, onde as categorias foram relacionadas às suas subcategorias, e os relacionamentos testados contra dados (CORBIN & STRAUSS, 1990). Assim, conceitos foram comparados a outros conceitos com o propósito de integrá-los por meio da identificação das relações que estes possuem entre si (Glaser & Strauss, 2006). Nesta etapa, fez-se necessária a constante comparação entre os incidentes a fim de gerar projeções teóricas das categorias, conduzindo o pesquisador à capacidade de definir termos para as categorias, suas consequências e sua relação com as demais categorias e suas propriedades (GLASER & STRAUSS, 2006).

Por fim, tem-se a etapa da codificação seletiva que é o processo pelo qual todas as categorias são unificadas em torno de uma categoria "núcleo" e a categoria que precisa de mais explicação é preenchida com detalhes descritivos (CORBIN & STRAUSS, 1990). No trabalho, a categoria central criada após análise, foi “Cidadania em face às necessidades do empreendimento”, conduzindo à ideia analítica de que a participação do associado o conduz à sua emancipação e, ao mesmo tempo, o conduz à prática cidadã. A fim de ilustrar o processo acima relatado, o Quadro 1 ilustra como foi feita esta categorização dos dados:

Quadro 1 – Categorização dos dados

Categoria Central	Categorias	Subcategorias	Códigos
Cidadania em face às necessidades do empreendimento	Participação	Interna	Democracia; autogestão; decisões; força do trabalho; influência; solidariedade; economia solidária.
		Externa	
	Emancipação		Educação; direito; informação; formação
	Prática cidadã	Visão Social	Contribuição; consciência cidadã; saúde; política; interesse
Visão Econômica			

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória - AMARIV uma das características principais é a participação dos associados, que ocorre principalmente por meio das Assembleias Gerais. É nesse espaço em que catadores têm a oportunidade de se expressar e reivindicar melhorias e mudanças. De acordo com dados do Estatuto da AMARIV, a assembleia é o órgão máximo deliberativo da associação, sendo presidida pelo presidente. Ela pode ocorrer de duas formas: Assembleia Geral Ordinária, que ocorre anualmente para discutir assuntos como prestação de contas e eleição; e Assembleia Geral Extraordinária que pode ocorrer a qualquer momento, desde que requerida pelos sócios, nela se discutem assuntos imediatos tais como destituir um membro, alterar estatuto, deliberar sobre compra e venda de equipamentos, dentre outros.

Neste formato de organização, os associados se sentem realmente donos do empreendimento, pois cada catador tem direito a um voto e a democracia de fato acontece! Dessa forma, eles votam, decidem e administram o próprio empreendimento. Essa dinâmica autogestionária possibilita ao associado gerir sua própria força de trabalho, eliminando a figura do atravessador, e confrontando o modelo capitalista, em que uma minoria detém a posse dos meios de produção e distribuição.

Quando questionados acerca desse modelo, os associados foram unânimes em acreditar que é um processo de ajuda mútua, com respeito e, por mais que o voto seja individual, o resultado é coletivo. O que gera um senso de responsabilidade para com o outro e com relação ao futuro da própria organização, conforme pode ser notado na seguinte fala: “É cuidar dos nossos negócios, é ter responsabilidade pelas nossas coisas, é responder pelos nossos atos aqui dentro da associação e da nossa empresa, que isso aqui é a nossa empresa (...)” (ENTREVISTADO 5).

Nesse processo de participação coletiva, a política da economia solidária é sobrepujante, tendo em vista que esse movimento solidário prega justamente uma autonomia dos membros, num ambiente de trabalho coletivo, em que todos são donos e principais responsáveis pelo resultado das ações. Para os associados, a economia solidária parte da solidariedade com o outro, da ajuda mútua e preocupação com o outro, seja dentro ou fora da associação. Prezando-se pelo respeito às diferenças e pela união, a fim de que os objetivos da organização sejam atingidos. Pode ainda ser explicada como uma filosofia de vida, em que se anseia a produção sem exploração: “Economia solidária é uma forma de viver e produzir sem explorar o outro (...)” (ENTREVISTADO 1); “Solidário com o outro é a pessoa ser unido com o outro e fazer, participar, pra crescer e ser unido, trabalhar unido (...)” (ENTREVISTADO 6).

É uma política que se inicia dentro da associação e extrapola os limites da organização atingindo a comunidade. A vida no trabalho vai se misturando e se confundindo com a vida pessoal, a figura do associado participativo, autogestionário e democrático, vai ganhando visibilidade para a sociedade. O associado vai se transformando com as características adquiridas e passa a exercer poder de influência para transformar o outro também. Esse outro pertencente à própria associação ou alheio a ela. A seguir, uma ilustração dessa análise: “A partir do momento que você tem um processo humanizado de trabalhar e de agir, você acaba observando tudo que está a sua volta de uma forma diferente.” (ENTREVISTADO 1); “Porque lá, aqui depois que eu entrei aqui, e até o presidente do bairro lá às vezes ele me procura né (...)” (ENTREVISTADO 3).

Além dessas características agregadas, pertencer a uma associação de catadores estimula o processo de responsabilização social a partir da coleta seletiva de materiais recicláveis. Os próprios associados mudam valores, percepções e hábitos, sendo influenciados pelo meio interno (a associação), no que influenciam o meio externo (a comunidade); como pode ser notado a seguir: “(...) porque antigamente eu juntava todos os lixos, deixava tudo junto, agora eu separo o meu e falo com meus amigos lá do bairro para separar também né.” (ENTREVISTADO 2); “Porque você acaba levando tudo o que você faz e que você vive aqui dentro, você acaba levando pra vida pessoal, você acaba levando pros vizinhos, você acaba levando pras comunidades (...) isso influencia muito a gente” (ENTREVISTADO 5).

Destarte, tem-se que a participação é vista sob dois aspectos. O primeiro deles é uma *participação interna* que se dá no interior da associação por meio da realização das assembleias, num

caráter mais processual, em que o objetivo principal é responder às demandas da associação. Já a *participação externa* está vinculada à atuação do associado fora da associação, que se dá por meio da ação política com a prefeitura, no sentido de reivindicar direitos, fiscalizar ações e firmar parcerias de trabalho; ela se dá também na forma de reuniões e debates acerca da coleta seletiva com dirigentes da população; em reuniões de bairro, almejando melhorias para o bairro; ou até mesmo sob forma de palestras onde os próprios catadores conscientizam empresas, famílias em condomínios, a reciclar, o que promove, indiretamente, o retorno econômico para os associados.

As falas a seguir ilustram bem a participação interna e externa, respectivamente: “No dia a dia, se surgir alguma coisa assim, que não tenha sido já discutido, daí a gente entra e faz uma assembleia. O procedimento é esse.” (ENTREVISTADO 1); “(...) mas a gente tem que saber o que o presidente do bairro ta fazendo né, eles me chamam eu vou.” (ENTREVISTADO 4).

5. COMENTÁRIOS FINAIS

Conforme os dados obtidos na presente pesquisa, a inserção de um catador numa associação ou cooperativa, o conduz à participação, tendo em vista o exercício de práticas democráticas e autogestionárias incentivadas pela dinâmica do empreendimento, que segue os preceitos da economia solidária. Dessa forma, torna-se claro que a cidadania ocorre primeiramente para o associado, a partir de sua vivência no Empreendimento Econômico Solidário.

Mediante os resultados obtidos, verificou-se que a participação cidadã do associado na comunidade vai além da solidariedade, parte de um processo de participação interna e externa ao empreendimento (característico da economia solidária), que conduz o catador à emancipação e à prática cidadã.

Como limitações do estudo, a presente pesquisa evidencia apenas a análise da categoria “participação” e suas subcategorias “interna” e “externa”; deixando para uma análise posterior, as categorias “emancipação” e “prática cidadã”, com suas subcategorias “visão social” e “visão econômica”.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, B. O & BORGES, L. O. (2013). Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 319 – 337.
- ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE*, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.
- BANSAL, P.; CORLEY, K. (2011). The Coming of Age for Qualitative Research: Embracing the Diversity of Qualitative Methods. *Academy of Management Journal*, (54)2, 233–237.
- COLQUITT, J. A.; GEORGE, G. (2011). Publishing in AMJ – Part 1: Topic Choice. *Academy of Management Journal*, (54)3, 432–435.
- CORBIN, J. and STRAUSS, A. (1990). Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. In: *Qualitative Sociology*, 13(1), 3-21.



DUNDON, T. and RYAN, P. (2010). Interviewing Reluctant Respondents: Strikes, Henchmen, and Gaelic Games. In.: *Organizational Research Methods*, 13(3), 562-581.

FRANCA FILHO, G.C. (2013, Set/Nov). A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. In.: *Cad. EBAPE.BR*, v. 11, n. 3, artigo 7, Rio de Janeiro.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. (2006). *The Discovery of Grounded Theory: Strategy for Qualitative Research*. New Burnswick, London: Aldine.

LIMA, F. P. A et al. (2011). Tecnologias Sociais da Reciclagem: Efetivando Políticas de Coleta Seletiva com Catadores. In.: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4 (2), Edição Especial, 131-146.

LOGAREZZI, A. Educação ambiental em resíduo: uma proposta de terminologia. In: CINQUETTI, H.C.S. & LOGAREZZI, A. (Orgs.). *Consumo e resíduo: fundamentos para o trabalho educativo*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 85-117.

MAGNI, A. A. C & GUNTHER, W. M. R. (2014). Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. In.: *Saúde e Sociedade*, 23(1), 146-156.

MEDEIROS, L.F.R; MACEDO, K.B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. In.: *Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006

OLIVEIRA, E.D. O cooperativismo popular como expressão da economia solidária: conceitos e desafios. In.: *Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia*. Maringá, v. 5, n. 1 , p. 149-172, 2013.

PETERSEN, F; SOUZA T. G.; LOPES, A. A. (2014). Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. In.: *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 483-495.

SIGGELKOW, N. (2007). Persuasion with Case Studies. *Academy of Management Journal*, (50)1, 20–24.

SINGER, P. (2013). Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In SINGER, P. & SOUZA, A. R. (Orgs) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*(pp. 11-24). São Paulo: Contexto.

SPRADLEY, J. P. (1979). *The Ethnographic Interview*. Belmont, CA: Wadsworth Group & Thomson Learning.